

# Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
26 de novembro de 2018 - Nº 646 - [www.sindipetrocaxias.org.br](http://www.sindipetrocaxias.org.br)



## SINDICATO CONQUISTA QUE RISCO AO BENZENO CONSTE NO ASO E PPP

A direção do Sindipetro Caxias junto da assessoria jurídica conquistou, na última semana, a ação que garante que o risco ambiental Benzeno conste no ASO e PPP para empregados próprios e terceirizados, em regime de turno e administrativo.

A REDUC já está começando a cumprir esta medida que facilita a aposentadoria especial. A obrigatoriedade do risco ambiental Benzeno do ASO e PPP também fará que a Petrobrás e as empresas terceirizadas paguem a GFIP - Guia

de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social.

A ação deu-se devido as denúncias sobre a omissão riscos ambientais do ASO e do PPP emitidos pelos médicos do trabalho da refinaria. Sem o risco Benzeno, a situação na refinaria era absurda, pois os médicos criaram um padrão comum para todos: “ausência de riscos ambientais específicos”.

Outra mentira deslavada era que o programa que emitia o ASO não conseguia ler os riscos ambientais. Tudo mentira para prejudicar a saúde

e segurança dos trabalhadores.

Após varias denúncias, o Sindipetro Caxias conseguiu apoio do MPT – Ministério Público do Trabalho para averiguar a situação. Então, após o inquérito foi feita uma ACPU - Ação civil pública que culminou com a condenação e reparação do ASO e PPP dos trabalhadores expostos ao Benzeno. Uma ação semelhante está em curso em face da Transpetro.

O Sindicato lutou, luta e lutará por todos os trabalhadores, que precisarão apoiar as ações sindicais mais do que nunca nos anos que virão.



### Sentença do Ministério Público do Trabalho

PELO EXPOSTO, resolve a 4a Vara do Trabalho de Duque de Caxias rejeitar a prejudicial e julgar PROCEDENTES, EM PARTE, os pedidos formulados na presente ação, para determinar que a PETROLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS:

-anote o risco ocupacional relativo ao Benzeno, em qualquer percentual de exposição, nos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) e Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) de todos

os empregados próprios que laborem na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e estejam identificados nos Grupo Homogêneos de Exposição (GHEs) dos respectivos PPEOBs;

-fiscalize a anotação do risco ocupacional relativo ao Benzeno, em qualquer percentual de exposição, nos Atestados de Saúde Ocupacional (ASOs) e Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) dos empregados que lá prestam serviço por intermédio de empresas por ela contratadas e estejam identificados nos Grupo Homogêneos de Exposição (GHEs) dos respectivos PPEOBs;

-anote o risco ocupacional relativo ao Benzeno nos Perfis Profissiográficos Previdenciários (PPPs) de todos os ex-empregados que até a presente data trabalharam na Refinaria Duque de Caxias (REDUC) e que tenham sido classificados nos Grupo Homogêneos de Exposição (GHEs)

dos respectivos PPEOBs na época em que trabalharam naquele local;

-proceda ao pagamento da quantia de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a título de indenização por danos morais coletivos, reversível ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD).

Para assegurar a efetividade da presente decisão, no que tange às obrigações de fazer ou não fazer, fixo multa diária no valor de R\$100,00 (cem reais), por cada ASO e cada PPP não preenchido com o risco ocupacional específico relativo ao Benzeno nos moldes deferidos, devida até efetiva comprovação de cumprimento das obrigações impostas, reversível ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos (FDD) previsto no art. 13 da Lei nº 7.347/85 e regulado pela Lei nº 9.008/95, ou outro que vier a substituí-lo.

*Leia a íntegra da ação no portal do Sindicato*

# Petrobrás deve apresentar proposta do novo regramento de PLR na próxima semana [FUP]

A direção da Federação Única dos Petroleiros participou nos dias 16 e 22, de reuniões com a gerência de Recursos Humanos da Petrobrás, no centro do Rio de Janeiro, para tratar do novo acordo de regramento da PLR – Participação nos Lucros ou Resultados. Para o coordenador geral da FUP, José Maria Rangel, na última reunião a empresa demonstrou falta de interesse em manter o atual formato da cesta de indicadores, que contempla mais a questão produtiva, dando ênfase aos indicadores financeiros. “O acordo atual basicamente contempla todos os segmentos da companhia que privilegia o setor produtivo da companhia, o que não vem acontecendo

nas últimas negociações”. A FUP questionou as mudanças que os gestores querem fazer no regramento da PLR. Para justificar a nova metodologia proposta, a empresa ressuscitou a Resolução 10 de 1995, editada pelo antigo CCE, cujas recomendações, além de ultrapassadas, são contraditórias com a Lei 10101/2000, que regulamenta o pagamento da PLR. Além disso, a direção da Federação reafirmou que não concorda que o Sistema de Consequências seja atrelado ao regramento da PLR, tentando tratar de forma individual um programa que deveria ser focado em resultados estritamente coletivos, como determina a Lei. Para a FUP, essa ferramenta foi criada para culpar



o trabalhador pelos erros e omissões dos gestores com a segurança. A empresa deverá apresentar sua proposta na próxima semana para a direção da Federação, que será avaliada pelos Sindicatos filiados em conselho deliberativo, assim como pelos trabalhadores em assembleia.

## Parada de manutenção da U-1250 deixa **ferido**

Na manhã do dia 19, um trabalhador terceirizado da empresa PERBRAS, que realizava manutenção na REDUC durante a parada da U-1250, sofreu um acidente e acabou tendo um corte profundo na perna. De acordo com informações do hospital, ele chegou por volta das 9h no Daniel Lipp, em Duque de Caxias, onde foi medicado e liberado para casa por volta das 11h.

O diretor do Sindipetro Caxias, Luciano Santos, esteve na refinaria e no hospital no mesmo dia do acidente para saber as reais condições do trabalhador e se teve o tratamento adequado.

A direção do Sindipetro Caxias entrou em contato via ofício com o SITICOMMM, sindicato que representa os trabalhadores terceirizados, comunicando o acidente e orientando que a entidade também acompanhe o caso.

Voltamos a alertar para que todos os trabalhadores, tanto próprios quanto terceirizados tomem as devidas medidas de segurança, ajudem uns aos outros, utilizem do direito de recusa quando acharem que a vida pode estar em risco e denunciem ao sindicato qualquer tipo de assédio.

A vida em primeiro lugar.

## VENDE-SE TUDO

Com o viés liberal de Bolsonaro, a exploração do pré-sal também está em jogo. Ao longo de seus governos, o Partido dos Trabalhadores (PT) instaurou um regime de partilha da reserva, de modo que o Estado tivesse acesso a recursos do pré-sal.

Porém, os representantes do governo Bolsonaro apontam para uma alteração também no regime de partilha de produção para concessão, o que beneficiaria o setor privado. Neste modelo, as petrolíferas que ganhassem os leilões concentrariam o direito de exploração do óleo.



# Organização interna do Sindipetro Caxias

Luciano Santos



O diretor Luciano Santos após estar à frente do Sindipetro Caxias no período eleitoral até o início

deste mês, em que o diretor Simão Zanardi teve como missão assumir a coordenação da Federação Única dos Petroleiros para que o petroleiro José Maria Rangel concorresse ao pleito de deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, está retomando a secretaria geral do Sindicato. Na última reunião da direção colegiada no dia 22, foi decidido que o diretor Paulo Cardoso assume interinamente a presidência do

Sindipetro Caxias. Assim como Zanardi, Cardoso também é diretor da Federação Única dos Petroleiros.



Paulo Cardoso

## NA MIRA DA PRIVATIZAÇÃO

Indicado por Jair Bolsonaro para a presidir a Petrobrás, Castello Branco foi membro do conselho de administração da Petrobrás, mas saiu do colegiado porque considerava lento o ritmo de venda de ativos na companhia. Ele já se posicionou diversas vezes a favor da privatização da estatal. José Maria Rangel, coordenador da Federação Única dos Petroleiros (FUP), alerta que, na avaliação da entidade, é provável que Castello Branco entregue a estatal ao setor privado em fatias.

“Da escola [econômica] que ele vem, que é a Escola de Chicago, eles alimentam esse processo de um



Estado cada vez menor. Isso dialoga diretamente com a política do novo governo – que é, inclusive, criar uma Secretaria de Privatizações. A expectativa é de entregar a empresa, entregar o pré-sal, de tornar a Petrobrás uma mera exportadora de óleo cru”, lamenta.

Rangel concorda com a avaliação

de que a proposta de abrir mão do refino do petróleo atende aos interesses estrangeiros. “O que ele [Castello Branco] quer dizer é que o que tem que valer aqui dentro é o livre mercado. No livre mercado, vamos expor o povo brasileiro ao que estamos assistindo hoje: gasolina a R\$ 5,00 e botijão de gás a R\$ 80,00.

O brasileiro vai pagar o preço dos derivados de acordo com o mercado internacional, de acordo com a variação cambial. Quem tem petróleo tem poder, e o Brasil está entregando, de maneira acelerada e vergonhosa, seu petróleo para o capital internacional”, complementa.

## Petros: ação pode reduzir 50% do equacionamento

A assessoria jurídica do Sindipetro Caxias pediu habilitação judicial nos autos em que figuram como uma das partes AEPT e ASTAPE, em que o Juiz em sede de antecipação de Tutela determina liminarmente que o equacionamento seja realizado de forma reduzida, ou seja, que seja cobrado apenas 50% do valor hoje praticado, o que representa um alívio no valor da contribuição. Em contrapartida, o processo judicial em que o Sindicato é o Titular da

ação, corre para julgamento do Juízo da 5ª Vara Cível de Duque de Caxias.

Lembrando que o Sindicato em sua ação originária já ganhou a Tutela, inclusive pelo não pagamento até a apuração em auditoria na Petros. Mas tal decisão foi cassada pelo Tribunal.

Deste modo, o Sindipetro, pede habilitação no referido processo para que obtenha a extensão dos efeitos da Sentença em que foi determinado o equacionamento pela metade. Lembrando ainda que os Petroleiros vertem contribuições para um mesmo

Plano Petros, o que não pode gerar tratamento diferenciado quanto a termos um grupo equacionando exorbitantemente e outros, equacionando sobre o mínimo e outros sequer pagando o plano. Todas essas divergências se dão face ao entendimento diverso de um mesmo Tribunal (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro).

O Sindicato busca equalizar essas decisões, trazendo a seus associados o entendimento e a aplicação do entendimento mais benéfico.

# A ENTREGA DO PRÉ-SAL E A PRIVATIZAÇÃO EM CURSO

Dirigentes da FUP e do Sindipetro Caxias estiveram na última semana em Brasília para mais uma jornada de luta na tentativa de impedir a aprovação no Senado Federal do Projeto de Lei da Câmara 78/2018, que altera a Lei 12.276/2010.

O projeto autoriza a Petrobrás a abrir mão de 70% dos cinco bilhões de barris do Pré-Sal contratados

pela empresa via Cessão Onerosa e viabiliza a licitação de outros 15 bilhões de barris de petróleo excedentes desta região. Infelizmente, o acordo de votar o PLC 78/2018 somente no próximo governo foi desfeito pelo senador Eunício de Oliveira (MDB-CE) e deve entrar em pauta no próximo dia 27/11, em regime de urgência. Por

isso, a Brigada Petroleira intensificará a luta junto aos senadores, buscando a rejeição da proposta, que, segundo especialistas, poderá causar ao povo brasileiro um prejuízo extra de cerca de R\$ 500 bilhões, se considerarmos que há muito mais petróleo e gás natural nas camadas do pré-sal do que as estimativas iniciais feitas pela Petrobras.

A entrega do Pré-Sal às petroleiras estrangeiras também deverá resultar na perda de competitividade, investimentos e de milhares de empregos no setor.

Outro grave problema do PLC 78 é a previsão de dispensa de licitação para contratação de serviços e empreendimentos do pré-sal, que beneficiaria diretamente as petroleiras estrangeiras, além de impedir a livre concorrência.

## ENTREGA DA CESSÃO ONEROSA : RESISTÊNCIA PETROLEIRA EM AÇÃO

Quando aprovou a Lei 12.267/2010 – Lei da cessão onerosa, o Congresso Nacional autorizou a União a “ceder” à Petrobras o direito de produzir até 5 bilhões de barris de petróleo e gás natural, no valor de R\$ 173,3 bilhões, segundo estimativas da época. O objetivo da lei foi capitalizar a Petrobras para a companhia desbravar o pré-sal.

Em contrapartida, a Petrobras repassaria o valor correspondente a essa quantidade de barris para a União em forma de ações preferenciais da empresa.

Novas estimativas da Petrobras indicam, no entanto, que há cerca de 15 bilhões de barris de excedentes, que valem cerca de R\$ 500 bilhões. O governo do ilegítimo e golpista Michel Temer quer vender esse excedente – bônus de assinatura - por apenas R\$ 100 bilhões, valor que representa um quinto do valor líquido.

O texto, de autoria do deputado federal José Carlos Aleluia (DEM-BA), foi aprovado a toque de caixa pela Câmara dos Deputados Federais, no dia 20 de junho,



sem qualquer debate nas comissões. No último dia 7 de novembro, a brigada petroleira esteve mobilizada em Brasília contra o avanço da matéria, mas a bancada governista conseguiu aprovar

um Requerimento de Urgência ao PLC, fazendo com que a matéria não seja apreciada por nenhuma comissão de mérito do Senado, a exemplo do que já ocorreu na Câmara dos Deputados.

## Nova Gerência da Inspeção de Equipamentos veio para mascarar indicadores

Os trabalhadores da REDUC são colocados mais uma vez em grande risco por ações da Gerência. Como se não bastasse a vergonha de não obter o Spie por incompetência e negligência, novamente pratica atos criminosos contra os trabalhadores está ocorrendo.

Com o intuito de disfarçar os problemas existentes nas

plantas de processo, a nova gerência de Inspeção de Equipamentos emitiu DIP para cancelar as Notas ZR para reparo de estruturas emitidas pelos Técnicos de Inspeção, podendo a atuação dos profissionais que atuam preventivamente para a segurança de todos no interior da fábrica. Não é demais lembrar que a

morte do companheiro Cabral foi resultado de ações como essa, feitas para mascarar a necessidade de manutenção existente. Tal fato não ocorreria se a REDUC não tivesse boicotado o trabalho sério dos técnicos e engenheiros da Inspeção de Equipamentos.

Lamentável que em nome de economia, a gerência prefira colocar a vida dos

trabalhadores em risco ao retirar o poder das mãos da Inspeção de Equipamentos, com a clara intenção de adulterar o IARI e tentar enganar o IBP pra conseguir o SPIE a qualquer custo.

O Sindipetro Caxias tomará as providências cabíveis, denunciando esta gerência ao Ministério Público do Trabalho se preciso.